

Não arquivamos coisas.
Arquivamos vidas interrompidas.
O que chamam de documento
é, muitas vezes,
o último suspiro de alguém.

A arquivística não é neutra.
Nunca foi.
Ela aprende rápido
a linguagem do poder
e o sotaque da exclusão.

Quem decide o que fica
decide quem conta.
E quem conta
manda na lembrança
como quem manda na terra.

Há memórias que nascem condenadas.
Chegam rasgadas,
sem carimbo,
sem protocolo,
sem direito de durar.

O esquecimento não é falha.
É política pública.
É método limpo
para apagar conclames sujos
aos olhos da ordem.

Arquivam-se os vencedores.
Os outros viram estatística,
nota de rodapé,
ruído que o sistema
aprende a silenciar.

O arquivista que se diz neutro
já escolheu um lado.
O silêncio também escreve
e costuma servir
aos mesmos de sempre.

O digital promete acesso,
mas cobra obediência.
Quem não cabe no algoritmo
some mais rápido
do que no fogo.

Este manifesto não pede licença.
Exige memória.
Exige governança.
Exige que o arquivo
seja lugar de disputa.

Arquivar é desobedecer.
É segurar o que o mundo quer soltar.
É dizer:
não passou,
não acabou,
não esqueceremos.

Porque quando o arquivo se cala,
o poder automatiza o esquecimento.
O algoritmo decide quem vale a pena.
O clique substitui o luto.
O dado apaga o corpo.

Nós não, na ética laboramos.
Nós abrimos caixas e servidores.
Lemos metadados como feridas.
Inscrevemos nomes onde o sistema
preferia apenas o zero e um.

Ano 09, número 13, 2025

[2]

Poeticus - Revista de Poesias, Artes e Reflexões



Enquanto houver arquivo vivo —
analógico ou digital —
nenhum apagamento será neutro.
Nenhum silêncio será definitivo.
Nenhuma memória ficará sem resposta.